

Minuta da Ata da 42ª Reunião da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, de 5/03/2008, às 15h00, no Ministério da Ciência e Tecnologia, Esplanada dos Ministérios, Bloco E, Sala de Reuniões dos Conselhos, 2º Andar

**Membros Participantes:**

1. Luiz Antônio Barreto de Castro – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. Marta Maria Marques Magalhães – Ministério dos Transportes
3. Laura Porto – Ministério de Minas e Energia
4. Adriano Santhiago de Oliveira – Ministério do Meio Ambiente

**Outros Participantes:**

1. Branca Americano – Ministério da Ciência e Tecnologia
2. César Castro – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
3. Gustavo Mozzer - Ministério da Ciência e Tecnologia
4. João Tedeschi – Ministério de Minas e Energia
5. Samira Sana F de Souza – Ministério de Minas e Energia
6. Henryette Patrice Cruz – Ministério de Minas e Energia
7. Demétrio Toledo – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
8. Gustavo Luedemann – Ministério da Ciência e Tecnologia
9. Paulo José Chiarelli – Ministério das Relações Exteriores
10. Marcel Stenner – Ministério da Fazenda
11. Haroldo de Oliveira Machado Filho – Ministério da Ciência e Tecnologia
12. Bruno Kerlakian Sabbag – Ministério da Ciência e Tecnologia
13. Mauro Meirelles de Oliveira Santos – Ministério da Ciência e Tecnologia

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia iniciou os trabalhos da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima dando boas vindas aos representantes dos ministérios.

**1. Aprovação da Ata da 41ª reunião ordinária da Comissão Interministerial.**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro indagou aos membros da Comissão se teriam alguma correção a fazer na minuta de Ata da 41ª reunião da CIMGC. Confirmou que as correções sugeridas durante a 41ª Reunião da CIMGC foram efetuadas na ata da 40ª Reunião.

A Dra. Laura Porto, do MME, pediu que fosse mais bem explicitado, em complementação à frase “A Consultoria Jurídica do MCT se comprometeu a apresentar suas considerações finais durante a 42ª Reunião da CIMGC”, que a Consultoria Jurídica tratará do assunto referente à Eletrobrás.

O Sr. Adriano Santhiago de Oliveira, do MMA lembrou que foi a Dra. Laura Porto, e não a Sra. Paula Bennati do MMA, como constava na minuta da ata da 41ª reunião, que fez as considerações constantes no terceiro parágrafo abaixo do tópico do projeto 203.

Não havendo mais sugestões, a Ata da 41ª reunião foi aprovada conforme as modificações apresentadas.

## **2. Deliberação sobre projetos de MDL submetidos à Comissão Interministerial.**

### Projetos em **revisão** cujos proponentes **não** apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que quatro projetos encontram-se em revisão, mas não responderam ainda aos ofícios enviados pela Secretaria Executiva da CIMGC:

- 179 – Projeto de Energia Eólica Icarai
- 190 – Projeto da Pequena Central Hidrelétrica de Salto
- 193 – Projeto de Co-geração da Usina Interlagos
- 204 – Conexão à rede do sistema isolado de Porto Murtinho – MS

### Projeto em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC fora do prazo de 10 dias úteis:

#### ➤ 201 – **Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro destacou que apesar do projeto nº 201 (Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II) ter respondido ao ofício fora do prazo estabelecido na resolução 05 o Ministério da Ciência e Tecnologia preparou uma análise do projeto e indagou aos demais membros da CIMGC se haveria alguma objeção em proceder à análise do mesmo.

Não havendo objeções o Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro convidou a Dra. Branca Americano, representando o MCT, para proceder com sua análise.

A Dra. Branca Americano informou que na opinião do MCT o projeto deveria permanecer em revisão uma vez que existem dúvidas quanto à sua adicionalidade.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto Pequena Central Hidroelétrica Faxinal II, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Refazer a linha de base e o cálculo dos fatores de emissão para levar em consideração que a usina será interligada ao SIN, como demonstram os seguintes fatos:

- ✓ Consta no Contrato de Concessão nº. 002/2007-MME-UHE Dardanelos, na subcláusula décima quarta, que a concessionária deverá ressarcir a empresa Centrais Elétricas Salto Dardanelos S.A. pela perda de geração na PCH Faxinal II. O ressarcimento consistirá em propiciar a interligação da usina ao SIN.
- ✓ A UHE Dardanelos está incluída no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal com previsão de entrada em operação em dezembro de 2009 e atualmente com 21% de execução física.

Observar que o fator de emissão se é fixado ex-ante não pode ser modificado durante o período de obtenção de créditos.

2. Esclarecer a destinação final dos equipamentos das termoeletricas que serão desativados quando a PCH Faxinal II entrar em operação. Se os equipamentos forem utilizados em outra localidade a fuga deve ser contemplada nos cálculos.
3. Atualizar a versão do DCP/PDD devido às alterações pedidas.
4. Reapresentar Relatório de Validação, para referenciar a nova versão pedida do DCP/PDD.

Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram respostas aos ofícios enviados pela CIMGC:

➤ 186 – **Projeto de hidrelétrica Baruíto**

O Dra. Laura destacou que um aspecto recorrente entre os projetos MDL diz respeito ao fator de emissão da rede. Dentre as exigências levantadas pela CIMGC nos dois projetos a única que não foi atendida foi àquela referente ao fator de emissão da rede, ou seja, o proponente dos projetos insistiu em calcular o fator de emissão da rede para o sistema Sul-Sudeste-Centro-Oeste, não seguindo a deliberação da CIMGC. Assim, sugeriu que esse assunto fosse discutido em separado e que um único procedimento seja adotado para todos os projetos que apresentarem essa questão.

A Dra. Branca Americano destacou que nesse projeto o proponente também calculou o fator de emissão da rede para o sistema Sul-Sudeste-Centro-Oeste e portanto a deliberação fica suspensa até que haja um consenso acerca do assunto.

Ressaltou ainda outras questões, como, por exemplo, o fato da data de início da atividade de projeto ser demasiadamente antiga, e a usina já estar em operação. Tal situação dificulta o entendimento de que o MDL contribuiu para a viabilização desse empreendimento, ou seja, pode comprometer a adicionalidade do projeto.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro lembrou que as discussões acerca do fator de emissão ainda não estão concluídas, e que após encerrada a audiência pública, será necessário um período para concretizar uma posição definitiva.

A Dra. Laura Porto lembrou que houve um entendimento no sentido de que todos os projetos que consideravam o fator de emissão das redes interligadas Sul/Sudeste/Centro-Oeste deveriam permanecer em revisão até que haja um consenso sobre qual o fator de emissão a ser usado em cada caso. Acrescentou que haverá uma reunião no MME, assim que for nomeado o próximo Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético com os representantes das instituições que integram o grupo de trabalho que trata deste assunto.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de Hidrelétrica Baruíto, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base. Informações adicionais devem ser fornecidas sobre como foi possível para o participante do projeto operar a central por tanto tempo sem que o projeto fosse submetido como atividade de projeto de MDL.
2. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 16 de janeiro de 2008, deliberou pela manutenção em revisão dos projetos que pleiteiam um fator de emissão diverso do indicado na página da CIMGC até o encerramento e análise do processo de Consulta Pública n.º 01, de 07 de dezembro de 2007, sobre os Fatores de Emissão de CO2 pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil. Assim que houver um posicionamento da Comissão será encaminhado um ofício informando sobre os resultados e procedimentos que deverão ser adotados.
3. Reapresentar o DCP/PDD com as modificações solicitadas incluindo os novos cálculos, bem como o respectivo Relatório de Validação.

### ➤ 200 – Projeto Pequena Central Hidroelétrica ARS

A Dra. Branca Americano destacou problemas quanto à comprovação de adicionalidade, além dos mesmos aspectos referentes ao fator de emissão da rede já discutidos anteriormente.

O Sr. Adriano Santhiago de Oliveira informou que o proponente do projeto enviou documentação referente à solicitação de mudança na LI ao órgão licenciador diretamente ao Ministério do Meio Ambiente. Sugeriu uma ressalva solicitando a inclusão do referido documento ao ofício.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de Hidrelétrica ARS, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Demonstrar que a ata apresentada em resposta ao Ofício n.º MDL 303/2007/ CIMGC foi registrada em cartório, como o foram as outras atas encaminhadas pelos proponentes da atividade de projeto.

2. Apresentar argumentos sólidos para sustentar a tese de que o cenário com a atividade de projeto não é o mesmo cenário da linha de base. Informações adicionais devem ser fornecidas sobre como foi possível para o participante do projeto operar a central por tanto tempo sem que o projeto fosse submetido como atividade de projeto de MDL
3. Encaminhar cópia de Ofício enviado ao Órgão Ambiental do Estado (SEMA), no qual solicita-se emissão de LI atualizada, constando a potência de 6,66 MW, em substituição à LI no 1096/2007.
4. Apresentar documentação contendo manifestação do Órgão Ambiental sobre o pedido referido na exigência 03, tendo em vista que o ofício referido acima foi encaminhado à SEMA no dia 14 de janeiro de 2008.
5. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 16 de janeiro de 2008, deliberou pela manutenção em revisão dos projetos que pleiteiam um fator de emissão diverso do indicado na página da CIMGC até o encerramento e análise do processo de Consulta Pública n.º 01, de 07 de dezembro de 2007, sobre os Fatores de Emissão de CO<sub>2</sub> pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil. Assim que houver um posicionamento da Comissão será encaminhado um ofício informando sobre os resultados e procedimentos que deverão ser adotados.
6. Reapresentar o DCP/PDD com as modificações solicitadas incluindo os novos cálculos, bem como o respectivo Relatório de Validação.

Projetos submetidos durante a última reunião:

➤ **207 – Projeto de Co-geração - Santa Cruz S.A. - Açúcar e Alcool**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro convidou a Dra. Branca Americano a apresentar o parecer do MCT.

A Dra. Branca Americano apresentou o parecer do MCT pela revisão do projeto, apontando diversos tipos de problemas, tais como a impossibilidade de se compreender a quantidade de créditos de carbono pleiteados devido a não apresentação de dados.

A Dra. Laura Porto acrescentou que as barreiras institucionais e as barreiras econômicas não foram bem discutidas, que funções equivocadas foram atribuídas a agentes públicos, que falta clareza na escolha do fator de emissão e que a potência instalada difere da potência apresentada no projeto.

A CIMGC deliberou pela permanência em **revisão** do Projeto de Co-geração - Santa Cruz S.A. - Açúcar e Alcool, para o atendimento das seguintes exigências:

1. Incluir o ano de 2015, até final de março, nas tabelas 1, 6 e 7 e as tabelas da seção B.6.3 para que as mesmas contemplem os sete anos de obtenção de créditos, corrigindo os textos que fazem referências a elas;

2. Modificar no DCP/PDD:

- ✓ Na pág. 19, Sub-passo 3a do DCP, retificar a afirmação: “A *definição do papel dos três diferentes **agentes reguladores: MME – Ministério de Minas e Energia, ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica e Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S.A. **Existem problemas de coordenação entre essas instituições, por causa de uma divisão imprecisa de suas funções.** Isso traz insegurança para o investidor, pois tem três interlocutores diferentes, em vez de um***”. Existem funções coordenadas entre os agentes mencionados e o MME não exerce papel regulador, que cabe à ANEEL.
  - ✓ Retirar comentário improcedente que o *resultado do leilão foi considerado uma “decepção” por Nelson Hubner, o ministro de Minas e Energia.*
  - ✓ Esclarecer se há ou não barreira ao negócio secundário e ao negócio principal na pág. 21 do DCP.
3. Indicar o racional da Tabela 7 do Anexo 3, observando que a potência autorizada pelo Poder Concedente totaliza 61.400 kW, e especificar também quanto de energia elétrica da rede a usina consumia antes da implementação da atividade de projeto e quanto irá exportar após essa data.
4. Anexar as planilhas referenciadas no DCP, referentes aos cálculos realizados (“Santa Cruz – Cash flow with sensitivity analysis.xls”, “Santa Cruz\_calculation CERs\_2007.11.24.xls” e “Brazil new sugar mills 2006 2007.xls”), para verificação das mesmas;
5. Como foi usada, dentro da Ferramenta de Adicionalidade – Subpasso 2b, a Opção III – análise de padrão de referência (*benchmark*) – item (c), os participantes de projeto devem demonstrar que esse padrão de referência foi consistentemente usado no passado, ou seja, que atividades de projeto sob condições similares desenvolvidas pela mesma empresa usaram o mesmo padrão (no caso, o custo médio ponderado de capital da empresa - CMPC).
6. Corrigir a informação de que “*Entre as plantas que são membros da Copersucar, considerando as plantas que não têm projetos de MDL, somente 10% aumentaram sua capacidade para exportar energia para a rede em 200612.*” (pág. 22). Essa informação está em desacordo com a fonte citada, que diz: “*Praticamente 100% das usinas sucroalcooleiras do país são auto-suficientes em co-geração. Mas apenas 10% negociam o excedente desta energia para as distribuidoras de energia, segundo a União da Agroindústria Canvieira de São Paulo (Unica). E somente esses 10% podem hoje comercializar os créditos [de carbono]*”;
7. Proceder às seguintes correções editoriais no DCP/PDD:
- ✓ As figuras e tabelas devem ser traduzidas no DCP;
  - ✓ Retirar as duas ocorrências da frase “na ausência da atividade do projeto” no final do segundo parágrafo da seção B.4, tanto no DCP quanto no PDD.
  - ✓ Corrigir o termo  $ER_{thermal,y}$  (pág. 22), que foi usado em lugar do  $ER_{heat,y}$  da Equação 1, fazendo também referência a essa equação.

- ✓ Melhorar a redação do segundo parágrafo da página 24, especialmente a última frase;
- 8. Apresentar a licença ambiental específica para a atividade de geração de energia, pois a licença apresentada é somente para a atividade de açúcar e álcool, e apresentar também a autorização da ANEEL para operar como produtora de energia independente.
- 9. A Comissão Interministerial, em sua reunião do dia 16 de janeiro de 2008, deliberou pela manutenção em revisão dos projetos que pleiteiam um fator de emissão diverso do indicado na página da CIMGC até o encerramento e análise do processo de Consulta Pública n.º 01, de 07 de dezembro de 2007, sobre os Fatores de Emissão de CO<sub>2</sub> pela geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN) do Brasil. Assim que houver um posicionamento da Comissão será encaminhado um ofício informando sobre os resultados e procedimentos que deverão ser adotados.
- 10. Atualizar o Relatório de Validação, para seja referenciada a nova versão do DCP/PDD pedida.

#### Novos projetos submetidos:

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro informou que o projeto a seguir foi submetido à CIMGC e deverá ser analisado até a 43ª reunião da CIMGC:

- 208 – Projeto de Abatimento de Óxido Nitroso na PAN4 Fosfertil Cubatão

### **3. Outros Assuntos**

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro convidou a Dra. Branca Americano a apresentar um relato do GT sobre a Consulta Pública sobre os Fatores de Emissão do Sistema Interligado Nacional a serem utilizados na aplicação da metodologia ACM002.

A Dra. Branca Americano informou que houve a Consulta Pública sobre o Fator de Emissão do Sistema Interligado Nacional, que recebeu 22 propostas que foram analisadas e compiladas e que foram posteriormente discutidas em uma reunião do grupo de trabalho que trata sobre a aplicação da metodologia ACM0002.

Esclareceu que há diferentes posicionamentos, como:

- a) os subsistemas Sul e Sudeste/Centro-Oeste tivessem seus próprios fatores de emissão independentes;
- b) para o subsistema Sul/Sudeste/Centro-Oeste fosse considerado um único fator,
- c) considerar um único fator de emissão para o Brasil, desconsiderando os subsistemas.

As respostas às 22 contribuições deverão ser publicadas juntamente com o resultado da consulta pública. Acrescentou que o ONS está realizando um estudo para testar os diferentes subsistemas propostos utilizando os novos critérios da metodologia ACM0002

versão 7. Esclareceu que após a análise do ONS e de uma consulta interna que está ocorrendo no MME este assunto voltará ao grupo de trabalho e então será encaminhado para deliberação da CIMGC.

A Dra. Laura Porto lembrou que ficou definido que o MCT publicaria em seu site uma nota de agradecimento aos participantes da consulta pública.

O Secretário Dr. Luiz Antônio Barreto de Castro pediu licença aos membros da CIMGC informando que devido a outros compromissos já assumidos deveria ausentar-se da reunião, pediu a Dra. Branca Americano que continuasse conduzindo a reunião.

A Dra. Branca Americano introduziu o assunto referente à minuta de resolução que altera as resoluções nº 1 e nº 4 da CIMGC em relação às cópias dos convites de comentários enviados pelos proponentes do projeto aos agentes envolvidos e afetados pelas atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo convidando o Dr. Haroldo para expor suas considerações.

O Dr. Haroldo Machado Filho explicou que uma primeira versão da minuta de resolução foi disponibilizada para comentários no site do MCT para os membros da Comissão em 27 de fevereiro. Esclareceu que os comentários recebidos ou foram incorporados ou discutidos com os respectivos proponentes. Explicou que a única discrepância entre a última versão disponibilizada e a versão submetida à deliberação diz respeito à consulta aos Ministérios Públicos (MPs), considerado que ambos devam ser consultados uma vez que hoje há um limite muito tênue entre as competências dos MPs estaduais e do MP federal.

A Dra. Laura Porto pediu esclarecimento acerca do Art. 3º parágrafo 1º, perguntando o porquê do prazo de 30 dias antecedendo o período de validação para que os proponentes de projeto enviem as cartas-convite aos agentes envolvidos e afetados pela atividade de projeto.

A Dra. Branca Americano defendeu que 30 dias seriam demasiado e que os agentes envolvidos poderiam perder ou se confundir no momento adequado para enviar seus comentários.

A CIMGC deliberou pela alteração do Art. 3º parágrafo 1º da minuta de Resolução no sentido de que o prazo para o recebimento das cartas-convite por parte dos agentes afetados seja de 15 dias anteriores ao processo de validação. Como foi feita uma retificação, a CIMGC deliberou, ainda, por um prazo de 5 dias para que os membros possam sugerir correções editoriais no texto proposto.

O Dr. Haroldo Machado transmitiu sugestão do Secretário Executivo da CIMGC, de que um manual de consulta a *stakeholders* deveria ser elaborado pela Secretaria Executiva com parceiros, tendo sido a proposta aprovada pela Comissão.

O Sr. Gustavo Mozzer, do MCT, informou que houve uma demanda a pedido do Sr. Marco Antonio Fujihara da empresa Sustain Capital para proferir uma apresentação à CIMGC acerca dos temas BNDES – Programa de Desenvolvimento Limpo e do FBS – Fundo Brasil



Sustentabilidade. Esclareceu que o Secretário Executivo decidiu por submeter o pedido à Comissão.

A CIMGC deliberou por pedir maiores informações a respeito da apresentação supracitada, incluindo a possibilidade de estudar um convite direto ao BNDES a fim de apresentar de maneira institucional suas atuações.

O Dr. Raul Carvalho, representante da Conjur do MCT, apresentou o parecer final da Consultoria Jurídica do MCT acerca da Correspondência da Eletrobrás sobre a submissão de projetos do PROINFA.

O parecer da Conjur corrobora a posição da Eletrobrás no sentido de que projetos MDL que foram incentivados pelo Proinfa, já submetidos à CIMGC, e que não contenham a Eletrobrás dentre os proponentes devam ser colocados em revisão. A fim de dar continuidade ao tramite dos projetos que se enquadram nessa situação, é necessário que os proponentes de projeto, incluindo a Eletrobrás, entrem em acordo e informem formalmente a CIMGC. Adicionalmente aponta que uma lista dos projetos já aprovados pela CIMGC e que se encontrem nesta categoria deve ser enviada a Eletrobrás, com vista a atender solicitação dessa empresa.

A Dra. Laura Porto lembrou que os RCEs gerados pelos projetos PROINFA não são de titularidade da Eletrobrás, mas sim do usuários de energia elétrica.

A CIMGC acatou sugestão do Dr. Haroldo, no sentido de que um modelo de ofício a ser enviado aos proponentes de projeto que, participando do PROINFA será elaborado pela Secretaria Executiva para discutido durante a 43ª Reunião da CIMGC.

Não havendo outros assuntos a tratar, a Dra. Branca Americano agradeceu a presença de todos os representantes dos ministérios e encerrou a reunião.